

Escola e cidadania: uma identidade regional

Prof.^a Danielle Lóren Silva

Resumo

O presente artigo tem o propósito de analisar a formação da identidade regional araxaense, inserida no contexto mais amplo de constituição das identidades nacionais e suas interfaces com a legitimação dos direitos cidadãos. Ele procura abordar como essa identidade se insere em um processo discursivo que produz histórica e culturalmente as identidades sobre as quais emite enunciados. A proposta é questionar a redução da identidade araxaense a um modelo excessivamente restrito, fixo e convergente, que ignora a multiplicidade de vozes e significados culturais aí existentes, limitando as possibilidades de exercício cidadão no âmbito local.

Palavras-chave: identidade, discurso, diversidade cultural.

Abstract

The present article intends to analyze the formation of regional identity, inserts in the main context of constitution of national identities and their interfaces with the legitimation of citizen's rights. It searches to approach how this identity is inserted in the discursive process that produces historical and cultural identities about which emits enunciations. The proposal is to question the reduction of araxaense identity to one extremely restrict model, fixed and convergent, that ignores the multiplicity of voices and cultural meanings existent there, reducing the possibilities of citizen performance in the local ambit.

Key-words: identity, discourse, cultural diversity.

Prof^a. Danielle Lóren Silva

Qualificação:

Graduação em Normal Superior
Centro Universitário do Planalto de Araxá - UNIARAXÁ

Local de trabalho atual:

Núcleo Educativo Monteiro Lobato

Endereço eletrônico: danielleloren@terra.com.br
danielleloren13@yahoo.com.br

Escola e cidadania: uma identidade regional¹

Prof.^a Danielle Lóren Silva

Este artigo busca refletir sobre os direitos de cidadania em nossa sociedade, a partir de investigação feita sobre seus princípios e suas formas de consolidação na realidade de nosso município. Essa investigação, que teve a escola local como campo, nos levou a inferir que o modelo unitário de cidadania produzido pela educação em nossa comunidade provoca uma padronização das identidades, que, mascarando as desigualdades e anulando as forças antagônicas, impossibilita a abertura de novos caminhos de participação e construção de direitos.

Tomamos como pressuposto que a escola pode ser entendida como um dos mecanismos de implementação do exercício democrático, se exercer o seu papel transformador, mas pode também, por outro lado, constituir-se em elemento de conservação do modelo anticidadão, baseado na discriminação e na injustiça social. Assim entendida, também foi percebida sua possibilidade de exercer uma influência impactante frente à formação e reelaboração de identidades cidadãs regionais.

Objetivamos analisar os aspectos da produção cultural, identidade regional e comunicação, formados no interior da escola, que interferem na identidade regional cidadã. O estudo foi elaborado com a

perspectiva de movimentar práticas centradas na co-responsabilidade das pessoas envolvidas na educação, quanto à importância de formar cidadãos cada vez mais comprometidos com a consolidação de uma identidade plural.

Para realizá-lo, utilizamos, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica para averiguar os conceitos relativos à cidadania e à identidade e para um reconhecimento maior do que elas representam em nossa sociedade. Paralelamente, foi realizada uma pesquisa de campo, distribuindo questionários a uma porção representativa de professores de escolas da rede municipal e particular de Araxá. Também foram levantados dados de uma consulta realizada junto a um grupo de jovens da cidade.

Em ambas as consultas, objetivou-se alcançar uma visão mais abrangente e crítica das informações relativas às representações desses diferentes segmentos sobre cidadania, relacionando esse conceito ao de identidade regional, a fim de analisar suas implicações e entrecruzamentos na constituição de relações humanas menos excludentes.

Em nosso estudo, pudemos perceber que, para que a cidadania se desenvolva plenamente e tenha um significado real, é necessário que se desenvolva, com perfis cada vez mais definidos, uma política de reconhecimento das diferenças identitárias. Essa política exige um processo dialógico de valorização da diversidade cultural entre os cidadãos.

Cidadania envolve o pertencimento a um grupo, e cria laços identitários entre seus membros, porém acreditamos que esta pode ser uma relação mais abrangente, que implique num processo de constantes questionamentos e superações. A identidade é produto da interação entre os homens. Sendo assim, ela não pode ser reduzida meramente a uma questão de respeito e tolerância para com a diversidade. As razões históricas dessa diversidade precisam ser questionadas e revistas. A identidade é

(...) relacional (a identidade depende, para existir, de algo fora dela; a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, que difere de outra identidade, mas que entretanto fornece as

condições para que ela exista. A identidade se distingue por aquilo que ela não é, a identidade é marcada pela diferença). (SILVA, 2000, p.5).

Necessário se faz analisar a dinâmica das contradições históricas que produzem identidades ambíguas, contraditórias e representativas de grupos de interesse e visões de mundo divergentes.

Os diversos grupos, nos diversos tempos – espaços, construíram, na interação e no conflito, formas específicas de produção da sobrevivência. A identidade é produzida através de discursos, ela só adquire sentido por meio da linguagem e de sistemas simbólicos pelos quais é representada, ela não é unifacetada e sempre apresenta contradições. Dessa maneira, há muitos e diferentes contextos, em que as identidades podem ser produzidas e reproduzidas, dependendo dos interesses em jogo, e assim, ela surge e ganha corpo, possibilitando que novos sujeitos se expressem.

O que pudemos observar é que a cidadania envolve uma luta política em torno de objetivos bastante concretos, que evidenciam cada vez mais sua pluralidade, o que torna evidente que as concepções de cidadania também precisam se diversificar.

A dicotomia entre igualdade e desigualdade perpassa pela noção moderna de cidadania nas sociedades capitalistas. São imensas e profundas as desigualdades sociais, de renda, escolaridade, condições de moradia, nutrição, acesso a serviços, que tornam substantiva e ameaçadora a heterogeneidade dita natural. É importante considerar que a cidadania, na tradicional perspectiva liberal de igualdade perante a lei, não elimina as desigualdades.

A vida cotidiana que perpassa os grupos culturais e as comunidades locais é a verdadeira escola da cidadania. Ela, a cidadania, encontra seu espaço primeiro onde há vida, onde se luta para viver melhor, se trabalha, estuda e se constrói meios para vivenciar a dignidade. Apesar das imensas dificuldades aí representadas, temos em mãos instrumentos para construir outra realidade, traçar novas perspectivas de convivência cidadã, mesmo que a médio e longo prazos.

A educação formal e informal, apesar de sua dinâmica ambígua,

tem possibilitado a mais pessoas o conhecimento de seus direitos e a sua organização para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos obstáculos à construção da cidadania e a produção de um povo mais participativo. A cidadania é uma construção que se faz a cada dia, implica trabalho, informação e questionamento contínuo. Não consegue exercer sua cidadania quem não se conhece e a seus direitos, podendo ser facilmente enganado. Não exerce também cidadania quem, justamente por não se conhecer e ao seu grupo, não conhece também seus deveres.

Identidade regional: uma redefinição do espaço vivido

Para entender a dinâmica do processo da formação identitária, é preciso estar atento à apreensão da multiplicidade de experiências vividas, dos acontecimentos e movimentos que marcam a vida das comunidades regionais, constituindo identidades. Isso muitas vezes escapa ao nosso olhar.

Acreditar numa identidade regional é saber da importância das lutas dos grupos, das pessoas e comunidades, por participação e por um devido lugar na história. Segundo a professora Lucília Neves, nos encontros entre o homem ao mesmo tempo produtor e constituinte da história é que podemos perceber:

O homem é um ser permanente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores. A identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta uma dimensão coletiva, que se refere à integração do homem como sujeito do processo de construção da história. (NEVES, 2000, p.113)

Podemos afirmar que a compreensão do que seja identidade regional está absolutamente condicionada aos costumes e à estrutura política, econômica, social, e religiosa vigente. Porém, há de se considerar as crescentes desigualdades, diversidades de estilos e modos de vida

dentro de um meio comum, que nos leva a explicitar pontos de controvérsia e a avançar na produção de conhecimento sobre as melhores condições e perspectivas para o reconhecimento das diferenças.

Para Tomaz Tadeu da Silva(2000, p.101) “(...) a diferença, tal como a identidade, não é um fato, nem uma coisa. A diferença, assim como a identidade, é um processo relacional. Diferença e identidade só existem numa relação de mútua dependência”. A problemática da identidade está, hoje, em meio à discussão e no centro das preocupações sociais e políticas. Ora, é notório que antigas regras sociais estão em evidente ruptura, é expressivo o número de novos grupos culturais que buscam afirmar suas identidades, revogando privilégios e formas hegemônicas tradicionalmente aceitas.

Porém, mesmo dentro de comunidades regionais, a identidade ainda é afirmada pela cultura majoritária que determina obstáculos e diz o que é inadequado, inaceitável, anormal ou ridículo. Nosso ponto de partida é a sociedade local em que nascemos, com seus usos, costumes e valores que definem o ser humano. Somos, antes de qualquer coisa, seres sociais, dependentes dos cuidados dos outros, e, afirmar nossa identidade significa demarcar fronteiras, e fazer distinções entre aquilo que fica dentro e o que fica de fora do espaço geográfico da norma. Neste caso, essas separações e distinções traduzem relações de poder, fixam uma identidade como perfil, como norma, constituem formas consensuais de hierarquizar as identidades.

Enfatizar o regional não deveria implicar em isolacionismo, nem em exaltação ilusória do provinciano e restrito, ao contrário, deveria ser um processo de reconstrução da nacionalidade, que preservasse e valorizasse o local, sem perder de vista o mais amplo, abrangente. Buscamos verificar o porquê da cultura brasileira local estar em estado de inércia, à mercê do passado e de quem o valorize, desvinculado do presente e das perspectivas de futuro.

A identidade de uma cultura regional está, em muitas ocasiões, arraigada e fixada em um passado estático, limitado àquele grupo que não percebe que a história é construída à base de contradições, conflitos e controvérsias. Ou seja, tais fatos levam a crer numa identidade unificada, numa unidade cultural estabilizada que se sobrepõe às dife-

renças e cala as agonias. As identidades parecem

Invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. (STUART HALL, 2000, P:108).

Essa tendência a considerar o que somos e ao que pertencemos como sublime e autodeterminante, tem obrigado populações a discriminar, avaliar e ridicularizar aquilo que não corresponde ao padrão. Essa guerra tem representado a vontade de se manter uma identidade única, mas também demonstra uma disputa de diferentes grupos pelo poder.

É essa sociedade “abandonada”, privada de possibilidades, que não acorda para perceber que a busca para definir uma identidade obriga que se aceite a diferença como bem maior. É preciso enfatizar que múltiplas identidades podem conviver num mesmo espaço.

Fica como dever, incentivar o confronto, para alertar sobre a condição de alteridade existente, para saber que há limites para o gozo de soberania de cada indivíduo ou de cada grupo. Falar sobre a identidade de um povo diz respeito a relações micro e macro-políticas, envolvendo categorias sociais diversas: de gênero, de idade, sexuais, étnicas, religiosas, profissionais entre outras, que correspondem a uma totalidade que precisa ser recortada para ser percebida em suas nuances e especificidades.

A realidade nos demonstra que há identidades que não têm sido reconhecidas, que têm sido mantidas fora da história, e do contexto dos direitos políticos. Algumas dessas identidades mudaram ao longo do tempo, mas não encontraram ainda espaço suficiente para se firmarem e estão sendo ainda forjadas por meio da luta e da contestação. A respeito dessas diferenciações produzidas em meio à construção da identidade, Tomáz Tadeu da Silva (2000, p.41) comenta:

As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, freqüentemente na forma de oposições (...) as identidades são construídas por meio de uma clara oposição entre “nós” e “eles”.

Apesar de dirigida, nossa identidade regional, assim como a nacional, não deixa de representar as influências de inúmeras tendências. Pode parecer contraditório, mas só é possível construir uma identidade regional específica, a partir do confronto com as identidades mais amplas. Boa parte da população brasileira ainda convive com alguns conceitos clássicos, finitos em si mesmos, que precisam ser retirados do passado e revistos: “Todo brasileiro é um mestiço quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira”.(ROMERO, 1881, apud, FREITAS, 2000, p.45). Convive também com outros mitos de origem, legitimados discursivamente através das gerações: “brasileiro é bonzinho, para tudo dá um jeitinho”, ou “brasileiro é acomodado, preguiçoso, não é de confiança”, entre tantos outros ligados pretensamente à cor, à raça, como a melhor performance sexual, aliada à leniência e à languidez gerada pelo calor dos trópicos. Isso não é diferente no contexto local, como procuraremos exemplificar adiante.

Identidade(s) araxaense(s)

A identidade que aqui se desenvolveu o fez em meio a histórias de lutas pela formação da cidade e pelo exercício de poder na mesma e a mitos sobre a constituição de seu povo, desenvolvidos pelo imaginário das pessoas através dos tempos.

Uma história que escreveu-se em meio ao rural e à fantasia, através de vivências que se sucederam com suas conquistas e perdas. A condição imposta à população araxaense por meio dos discursos mais ou menos conservadores configurou sua identidade em conceitos ain-

da bastante fixos, centrados e unificados, vinculados não somente às relações de poder imersas nas condições materiais que foram legitimando os direitos e deveres das diversas categorias sociais, mas também às tradições familiares e religiosas que delimitaram as formas de convívio. Essas pessoas assumiram posições que passaram a se identificar dentro do esperado pela mineiridade. Waldir Costa (1978, p.17) oferece uma definição dessa condição aqui representada:

O dom hospitaleiro e acolhedor da gente mineira, na simplicidade mimosa e gentil, naquela graça e distinção, cujo segredo é a sobriedade, a medida exata, porque o mineirismo se caracteriza por esse senso da medida justa no atrair e agradar, no receber e hospedar, sem excessos de etiqueta, mas com a dose certa da distinção; sem falar do espírito de patriotismo e solidariedade humana.

Nosso estudo procurou questionar em que medida os modos de vida, hábitos, costumes, pensamentos, práticas religiosas e culturais que marcam a vida nas comunidades mineiras não omitem as desigualdades e opressões aí imersas, levando-nos a “refletir sobre os silêncios da história oficial contidos nos documentos escritos” (RIBEIRO, 2001,p.16). O que buscou-se inferir foi que a vida nas cidades mineiras pode não ter sido tão exata, simples, tranqüila e pré-determinada conforme descrito acima. Toda forma de convivência social é marcada por rupturas, conflitos, lutas por poder e significação. Em Araxá não foi diferente.

A maioria dos trabalhos dedicados a relatar a história de Araxá abordaram a cidade ligada ao Barreiro e à vida urbana que surgia à sua volta, sem se preocupar em descrever aqueles acontecimentos que representam a complexidade e pluralidade que caracterizam as identidades dos sujeitos aí envolvidos.

Lembrar de Araxá pelas “riquezas” e “belezas naturais” da “terra onde primeiro se avista o sol” é poético e agradável, mas, neste momento, o que pretendemos foi conhecer um pouco mais profundamente o cidadão que aqui mora, assim como sua identidade, e suas

formas diversas de ser e de fazer história. Os debates em torno de uma pretensa identidade única do araxaense evidenciam encontros desiguais, protestos e confrontos que levam a uma rejeição de parte da herança idealizada pelo discurso conservador.

A identidade coletiva de um grupo pode ser (re)apreciada e (re)avaliada, sem prejuízo da memória das gerações futuras. Se ela não for sendo continuamente (re)elaborada, corre o risco de expressar apenas as crenças e desejos de uma minoria, e por isso, deixando de ser a herança de um passado primordial de todos, para constituir, para muitos, uma fatalidade. Como diz Marcos Cezar Freitas (2000), por exemplo, muitos estratos sociais sentem vergonha em relação à personalidade miscigenada do país, e não orgulho, como se pretende, pela forma discriminatória e excludente como se processou essa interação cultural.

A história recente tanto do Brasil como das localidades como regionais como Araxá apontam para a inadequação da fixação da identidade em alguns pontos irreversíveis, tidos como naturais na descrição de um povo. Um “povo não é”, está sempre em construção, em produção, em meio à rede de relações sociais em que se insere.

É preciso que se desenvolva uma estratégia, até mesmo política, para o questionamento dos caminhos que levam a essa fixação da identidade, e quem sabe o cultivo do conhecimento da diversidade de culturas, seja um meio de se provar a artificialidade de tais identidades. Para isso, vamos retirar do silêncio as palavras e fontes que permitam ir além das informações tradicionalmente existentes, vamos em busca do conhecimento da realidade daqueles que fizeram sua história não oficial, entrelaçando diferentes visões e versões sobre o recordado.

A história conta que somos um povo que nasceu da miscigenação entre outros tantos, herdamos e construímos vivências e experiências embasadas em tradições; organizou-se um cenário que envolveu o urbano e o rural, celebramos homens e mulheres e cultivamos mitos, todos e tudo fizeram tecer identidades, hoje constituindo nosso patrimônio cultural.

Falar sobre mitos e lendas é “recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco escl-

recidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares”(ALBERTI, 1989, apud, RIBEIRO, 2001, p.16). Por isso, acreditamos que buscar a recuperação desses mitos, em sua diversidade de significados, possibilite a compreensão de uma cultura que foi constituída por homens e mulheres, em sua diversidade, no transcorrer do tempo. Esta retomada requer uma compreensão mais ampla das relações sociais, culturais e discursivas nas quais se dá o fazer cotidiano de indivíduos.

Elementos de uma sociedade tradicional e com base agro-pastoril constituíram o perfil do que deveria se configurar como araxaense, como se houvesse certezas e convicções inabaláveis sobre os rumos de sua história. Os comportamentos no contexto do cotidiano eram pré-determinados, fixando identidades, sem levar em conta a chegada de elementos novos que muitas vezes iam de encontro àquilo que se convencionou chamar de “ser araxaense”. A presença do Grande Hotel e das mineradoras, apesar de alimentar o ufanismo regional, provocava conflitos entre o previsto e o inusitado, entre os hábitos já legitimados e os transplantados de outras regiões e culturas. O confronto gerou uma crise que multiplica as identidades, descalcifica as certezas de sujeitos centrados, amplia os papéis, e com eles as crenças e os interesses.

Assim se vai delimitando uma sociedade arraigada à tradição e ao mesmo tempo estimulada a viver uma realidade de contrastes. Glaura Teixeira Nogueira Lima (1999. p.83) descreve um pouco desse contexto da cidade:

O caminho percorrido foi permeado por conquistas e insucessos, mudanças e permanências. Os saberes e fazeres das pessoas determinaram o tipo de formação e de crescimento da cidade. Houve apropriação de costumes e mentalidades introduzidos pelo colonizador, imigrante, técnico ou turista. Todos aqui chegavam para trabalhar e explorar a terra, para usar as águas ou usufruir dos lazeres típicos de uma cidade, também de veraneio.

Ao desconhecer os mitos, lendas, tradições e discursos que con-

figuraram Araxá historicamente, corremos o risco de acreditar em uma identidade integral, originária e unificada que não corresponde a todas as vicissitudes dos seres que aqui circularam (circulam), e assim permanece idêntica a si mesma ao longo do tempo.

Falar de uma identidade com características araxaenses, admitindo também outras origens e identidades é não considerar esta como essência, como identidade fixa e acabada; é não acreditar que exista uma essência do que seja ser araxaense. Porque existem múltiplas maneiras de ser araxaense, assim como existem múltiplas maneiras de ser mineiro ou brasileiro; de ser homem ou mulher; adulto, jovem ou criança; branco, negro, índio ou outra etnia qualquer.

Há uma necessidade de se pensar nas omissões e no descaso da história oficial pelas outras histórias, desmerecidas e deixadas em segundo plano. A história de Araxá não contempla ainda a memória de todos os grupos que aqui viveram (vivem), suas idiossincrasias, suas estranhezas, suas trajetórias diversas.

Há uma omissão daquilo que não se quer expressar, lembrar, dizer, escrever e registrar, que muitas vezes está guardado na própria fala dos corpos, das casas, dos barracões, dos becos e das ruelas, dos habitantes da cidade. Deve-se oferecer a todos a possibilidade de revisões, transgressões e subversões dos mitos e lendas registrados e também das identidades existentes. Isso só será possível desestabilizando e denunciando o caráter construído e artificial de tradições e personagens mantidos na história.

De fato, a identidade é quase sempre atribuída ao indivíduo araxaense, independentemente de sua vontade. Araxá é, artificialmente, tida como culturalmente homogênea: o mesmo teor de vida, os mesmos hábitos e crenças, a mesma espiritualidade, os mesmos personagens e a mesma história. Prevalece a idéia de uma cidade falando a uma só voz, ou seja, comunitariamente obedecendo ao fundamental, a idênticos padrões de convivência, sem prejuízo de eventuais particularismos, sem poder renunciar a esta identidade. Essa “dita” identidade araxaense nega o que supostamente vem a ser identidade: “a identidade porta sempre o traço da diferença” (SILVA, 2000, p.80).

Tão uniforme quanto a produção identitária é a referência ao

processo de ocupação do espaço físico de Araxá. Pensando sobre essa enfatizada riqueza natural, tão abordada e mencionada pelos moradores e turistas, diz Waldir Costa (1978, p.27): “são recursos extraordinários que a natureza dadivosa aqui fez brotar. Em muitos momentos presenciamos o araxaense a pensar como um privilegiado, um escolhido por Deus para nascer em uma cidade tão pura e harmoniosa”. Esse pensamento demonstra uma uniformidade também no que diz respeito à pretensa igualdade de acesso às benesses da natureza “abençoada”.

A importância que a exploração dos recursos naturais significou para a cidade marcou definitivamente o “pensar” sobre a população araxaense como resultado dessa herança, hegemônica, garantida pela natureza, e “abençoada por Deus”. Uma identidade, contudo, é muito mais que isto, é

(...)compreender que elas não têm nada de fixo, de essencial ou de natural. Ela tão pouco tem qualquer coisa estável e definitiva (...) a identidade não é uma positividade, não é um absoluto cuja definição encerra-se em si mesma. A identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou, a definição de minha identidade é sempre dependente da identidade do outro. Além disso, a identidade não é uma coisa da natureza; ela é definida num processo de significação: é preciso que, socialmente, lhe seja atribuído um significado. (SILVA, 1999, p.106)

Por muito tempo, o fortalecimento de um imaginário coletivo esteve proporcionalmente ligado à afirmação de nossas identidades, tornando possível a consolidação das tradições culturais aqui mantidas e uma unidade populacional, desconsiderando as singularidades de muitos. O que não se pensou é que a riqueza desse imaginário é reflexo de uma mescla cultural, que resulta de um constante processo de transformações, assimilações e misturas produzidos pelo indivíduo que, embora parte do coletivo, tem suas impressões a partir da maneira como representa a realidade. É ele que recorda e guarda, expressando-se conforme a sua visão impregnada pelas influências que sofreu da

sua cultura, na medida das possibilidades que os jogos de poder social viabilizam.

A produção cultural das identidades exerceu (exerce), na história araxaense, importante papel de inserção, no sistema social, de privilégios e desigualdades. Assim, apesar da diversidade existente, apenas algumas expressões culturais tiveram o devido reconhecimento, demonstrando que a cultura determina identidades, através de relações de poder. Algumas vozes se impõem mais que outras e dizem de forma mais duradoura quem é o araxaense e quem é o outro, o que não se enquadra, o estranho, o diferente. Que poderes, embutidos em uma cultura, têm feito com que as mudanças e as vivências diárias sejam lentas e garantam um caráter de permanência em nossa história? O que é impensável, perturbador da tranqüilidade da “normalidade”, impossível de ser dito?

Não temos respostas definitivas para essas perguntas. Apenas podemos concluir que qualquer identidade, e a araxaense não será diferente, se manterá como posição socialmente aceita e legitimada, enquanto não houver a possibilidade do outro também, como propõe Tomáz Tadeu da Silva (2000,p.79) “assumir o que se é: a identidade assim concebida parece ser uma positividade (aquilo que sou), uma característica independente, fato autônomo”. Nessa perspectiva, “a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente”. Só assim, em meio à vida e à história cotidiana de Araxá, seriam revistas verdades incontestáveis e certezas tradicionais que se tornaram imanentes, ou seja, pensamentos conceituais que foram construídos e enraizados numa realidade cotidianamente vivida (GALLO, 2004).

Para que haja uma reprodução social, pessoas têm sido convencidas de certas legitimidades pela força do poder, lembrando que o mesmo “encontra-se esparramado pelo meio social”.(GALLO, 2004, p.89). Esse poder vem sendo entendido como aquela força que representa o real, um saber que subjuga a diferença, desclassifica e exclui o que é diferente. O poder-saber que anula a emergência de novas posições e de novas identidades.

Percebemos, ao analisar o histórico araxaense, que muitos dos

seus pensamentos e idéias estão produzindo uma subjetividade que aponta para a uniformidade, desconsiderando o quanto a identidade pode favorecer o desenvolvimento de estilos variados. Vemos, então, confirmar-se a necessidade de que o/a araxaense e suas práticas identitárias sejam (re)vistas e (re)pensadas.

Observamos que a produção de uma identidade “ufanista” é vivida numa situação de auto-estima, construída segundo conceitos unificadores que têm como parâmetro a mesma percepção do ser humano baseado culturalmente em princípios classificatórios únicos. Essa abordagem se insere num universo de relações restritas delimitadas pela história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida.

Não é raro depararmos-nos com informações e falas provenientes de uma subjetividade que se expressa com dizeres como: “os que têm o espírito da terra de Beja são daqui. Eles nos querem e nós os queremos”; “Todos levam saudade dessa gente, (...) é um povo empreendido, desenvolvimentista, generoso e amável”.(PORFÍRIO, 2001, p.50). Viver unicamente esta perspectiva tem sido perceber-se dentro de um contexto de satisfação social, tem sido não pensar na diferença.

Esta identidade exaltadora, se tem seu lado positivo, na valorização da auto-estima de um povo, tem um outro negativo, de acomodação (somos os melhores, nada há mais que fazer), de exclusão de outros grupos (não nos interessa a relação com os demais) e de tentativa de apagamento das diferenças também internas. Corre-se assim o risco de favorecer um sentimento individualista e ególatra que alimenta a autojustificação e a rejeição ao outro.

Considerações Finais

Acreditamos que falar de cidadania relacionando-a à(s) identidade(s) araxaense(s), é ampliar o debate sobre diversidade cultural, é tratar da história das pessoas comuns, daquelas que, ao longo da história não puderam falar de suas experiências, suas vivências, suas formas de ver

o mundo, a vida, as relações, os direitos. Não se trata de propor um apagamento das tradições e mitos, ou de fazer uma apologia dos desprivilegiados, mas de abrir espaço para uma (re)significação desse passado, restituindo o lugar aos que não tiveram vez e voz, ampliando as possibilidades cidadãs.

Sugerimos essa (re)significação, não como uma busca pela verdade absoluta, mas como uma inclusão de outras “verdades”, vividas por outros sujeitos, expressas em outras falas, que também fizeram parte do acontecido. Uma maneira de criar novas atitudes, comportamentos e iniciativas em face das contradições da nossa sociedade, e de estimular a mudanças de valores individuais e coletivos para o reconhecimento das diferenças.

Assim como Andrade (2003, p. 11) alerta, com relação à cidadania no Brasil, também a constituição da identidade araxaense “corre o risco de ser dada por encerrada, resolvida, pronta e acabada, como algo transcendente, uma verdade absoluta”, inerente a nossas idealizações, ou seja, “um fim em si mesma”. Rever essa concepção implica, sobretudo, que se perceba a identidade como uma possibilidade para o impensado e o inexplorado, em vez do conhecido e do assegurado.

Não pretendemos apenas a admissão e o reconhecimento da diversidade, é preciso que instituições como a escola fomentem mecanismos de questionamentos que neguem a fixação de determinadas identidades como absolutas e a desvalorização das demais. A escola, antes de tolerar e respeitar a diferença, deveria estar atenta para como ela vem sendo produzida e reproduzida em nossa realidade. “A questão não é mais: ‘como pensar?’ Mas: ‘o que torna algo pensável?’” (ANDRADE, 2003, p. 23).

Referências

ANDRADE, M.C.M. **Cultura, cidadania e diferença na escola**. 2003. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba – UNIUBE, Uberaba, 2003.

COSTA, Waldir. **Araxá: da Maloca ao Palácio**. 2. ed. Araxá, MG: No popular, 1978.

FREITAS, Marcos Cezar. Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. In: **500 anos: imagens e vozes da educação**. n. 15, set/out/nov/dez. 2000.

GALLO, Sívio. Repensar a Educação. Foucault, **Educação & Realidade**, v. 29, n. 01, jan/jun. 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. **Das águas passadas à terra do sol**. Belo Horizonte: BDMG Cultura, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. História Oral. São Paulo: Gandoulf Editora Ltda, 2000.

PORFÍRIO, Magaly Cunha. **Lugar de Memória**. Araxá: Ouvidor Comunicação Associados S/C Ltda, 2001.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Becos da Memória e Desenhos da Cidadania**. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.p. 85-141.

SILVA, Tomaz Tadeu. ; HALL, Stuart. ; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Notas

¹ Este artigo é uma síntese da monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada no Curso Normal Superior do Uniaraxá, no ano de 2006, sob orientação da professora Ms. Maria Celeste de Moura Andrade. É resultado também dos Estudos realizados no GEPE- Grupo de Estudos e Pesquisa Educacional, do Uniaraxá.

² Danielle Loren Silva é natural de Araxá/MG, graduada em Normal Superior no UNIARAXÁ em 2006. Membro do GEPE – Grupo de Estudos e Pesquisa Educacional do UNIARAXÁ.